

## LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA EM MATO GROSSO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: BREVES APONTAMENTOS\*

Walgistela Ponse Aguiar Blanco\*\*

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva evidenciar a circulação e utilização de livros didáticos voltados ao ensino da leitura e da escrita no Mato Grosso durante a primeira República. Para tanto, recorreremos à revisão bibliográfica, considerando que já existe uma produção significativa sobre esta temática e periodização no estado (AMÂNCIO 2002, 2005, 2008; AMÂNCIO e CARDOSO, 2006, dentre outras). Questionamos sobre quais livros didáticos foram utilizados, quem eram os autores e qual a circulação e utilização desses livros durante a primeira República em Mato Grosso. Como resultado, apresentamos uma análise de autores e obras de destaque no período delimitado, que vieram, grande parte, de São Paulo, assim como o método de uso considerado adequado. Concluímos que houve uma constante tentativa de equiparação com a educação paulista, mas que ainda, assim, as particularidades do estado permitiram modelos educacionais heterogêneos.

**Palavras-chave:** Livro didático. Alfabetização. Primeira República. Educação em Mato Grosso.

**ABSTRACT:** The present work aims to highlight the movement and use of textbooks aimed at teaching of the reading and of the writing in Mato Grosso during the First Republic. For this, we used the literature review, considering that there is already a substantial literature on this subject and periodization in the state (AMÂNCIO 2002, 2005, 2008; AMÂNCIO and Cardoso, 2006, among others). We question about which textbooks were used, who were the authors and what the circulation and use of these books in the first Republic in Mato Grosso. who came, largely, of São Paulo as well as the method of use considered appropriate. We conclude that there was a constant attempt to match with the São Paulo education, but even so, the particular of the state allowed heterogeneous educational models.

**Keywords:** Textbooks. Literacy. First Republic. Education in Mato Grosso.

---

\* Artigo de revisão entregue como requisito parcial para a obtenção do título de especialista, sob orientação da profa Dra Kênia Hilda Moreira.

\*\* Formada em pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). cursando especialização em Educação na FAED-UFMG.

## **Introdução**

Objetivamos evidenciar, neste artigo de revisão, a circulação e utilização de livros didáticos voltados ao ensino da leitura e da escrita no Mato Grosso durante a primeira República. Para tanto, recorreremos à revisão bibliográfica, considerando que já existe uma produção significativa sobre o tema e período delimitado. Para tal, levantamos as obras de Amâncio (2002, 2005 e 2008) e Amâncio e Cardoso (2006), dentre outras. Questionamos sobre quais livros didáticos foram utilizados para o ensino da leitura e da escrita, quem eram os autores e qual a circulação e utilização desses livros durante a primeira República em Mato Grosso.

Para tanto, dividimos o texto em três partes: A primeira intitulada: “Leitura e escrita na primeira República em Mato Grosso” trata da ênfase dada à educação escolar a partir da proclamação da República, com ênfase para a região de Mato Grosso. A segunda, denominada “Entre livros didáticos e autores: seleção e análise” apresenta os procedimentos de localização das obras didáticas mais utilizadas em Mato Grosso no período e faz uma exposição desses autores, com base nas considerações de Bittencourt (2004) sobre autoria. Por fim, destacamos em “Os métodos de ensino da leitura e da escrita: entre prescrição e ação” os principais métodos de ensino apresentados pela legislação estadual e sua ação efetiva, com destaque para os possíveis usos dos livros de alfabetização.

### **1 Leitura e escrita na primeira República em Mato Grosso**

Sabe-se que no Brasil, na primeira República, a educação escolar foi dualista. Somente uma parcela da sociedade tinha acesso a um ensino de qualidade, que lhe assegurava um futuro promissor. A república brasileira se consolida com “a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico”, com exclusão do envolvimento popular no governo, com mínima participação eleitoral<sup>1</sup>, sem relação, portanto, com as questões de urbanização e cidadania, afirma Carvalho (1987, p. 161).

---

<sup>1</sup> Carvalho (1987, p. 85) afirma que em 1894, nas primeiras eleições diretas para presidente, votaram apenas 7.857 pessoas, o que correspondia a 7% do eleitorado potencial e a 1,3% da população. Nas eleições para o Congresso em 1896 votaram 31% dos alistados, 13% do eleitorado potencial, 2,5% da população total.

Na virada do século XIX para o século XX, a escolarização doméstica ainda atendia um grande número de pessoas, ultrapassando a rede de escolas públicas. A crescente importância da escola primária, já nos tempos do Império, significava que as famílias e as comunidades deveriam ser desestimuladas a oferecer a instrução elementar, através das mães, preceptores ou professores que ensinavam em casa. A mudança de concepção de escolarização por parte da elite do país, da educação doméstica para a escolar, ocorreu de forma lenta e gradual.

A esse respeito, Gomes (2002, p. 392) afirma que “a oferta e a demanda de ensino foram criadas lado a lado, havendo dificuldades nas duas pontas dessa relação.” As famílias mais abastadas entendiam que podiam educar seus filhos sem a interferência do Estado. Já os mais pobres, julgavam a instrução pouco útil para a vida que levavam. A maioria da população vivia e trabalhava no campo. Com a aceleração da urbanização na década de 1910 e 1920, os traços mais típicos do Brasil como país essencialmente agrícola vão diminuindo. Mesmo assim, os que viviam na cidade começavam a trabalhar muito cedo, ocupando-se de tarefas que não requeriam o domínio das letras.

No entanto, os republicanos entendiam que República e educação escolar estavam associadas à civilização e ao progresso, e foram, pouco a pouco, construindo um discurso de valorização da educação, buscando transformar a mentalidade anterior. É nesse contexto que começa a se desenvolver o ensino primário e surgem os livros didáticos destinados às crianças, pois até então, eram conhecidos apenas os compêndios destinados aos alunos do ensino secundário, especialmente a partir do Colégio Pedro II (1837).

Do mesmo modo, em Mato Grosso, apenas uma parcela da sociedade na primeira República tinha acesso ao ensino da leitura por meio de métodos e procedimentos de leitura tais como os utilizados no Seminário Episcopal. Parcela essa que já tinha como destino traçado ocuparem cargos político-administrativos, afirma Amâncio (2005). Esta pequena parcela poderia dar continuidade aos estudos excedendo o deficiente ensino da leitura pelo método da soletração.

A soletração<sup>2</sup> foi o método que vigorou no estado de Mato Grosso por mais de um século e o documento mais antigo que trata com detalhes do ensino de primeiras letras em Mato grosso, no século XIX foi a *Instrução para os professores de primeiras Letras desta Província que devem servir provisoriamente* - 1830, em que Andre Gaudie Ley prescreve um método que considera rápido para aprender a ler. Neste documento “evidencia-se a concepção do método de leitura e a escrita, que nem sempre eram ensinadas simultaneamente, mas em etapas distintas, subdivididas em alguns passos que se constituíam em pré-requisitos de fases posteriores.” (AMÂNCIO, 2008, p.06).

Após decorar as letras, passava-se às sílabas e depois aos nomes, com sílabas destacadas. Em outra etapa acrescentava-se o traçado das letras e a cópia de modelos de escrita.

Passava-se a ter acesso, depois, à Constituição Política do Império. Na ausência de cartilhas e livros disponíveis aprendia-se a escrever copiando partes da documentação oficial da província. Há também referência aos “Exemplares”, textos escritos de cunho moral e que se constituíam nos modelos de escrita a serem copiados pelos alunos. Aprendia-se a escrever, copiando. (AMÂNCIO, 2008, p. 06)

A instrução pública, na primeira república mato-grossense, era bastante precária. Segundo Amâncio (2005), poucas vezes foi evidenciado alguma preocupação da administração pública em investir no ensino das primeiras letras. A situação econômica do estado de Mato Grosso era bem precária, para se ter algum tipo de organização à instrução, necessitava de ir longe buscá-la. Estudantes eram mandados para a Europa, a fim de estudarem a custa do dinheiro público, mas com o compromisso de que depois de instruídos assumiriam encargos de vida pública administrativa, continuando assim a instrução pública necessitada de pessoas instruídas.

Em sua maioria, as crianças recebiam as noções de leitura e aritmética de forma bastante embrionária e em casa mesmo e para muitas delas essa era a única maneira de se instruir. O ensino doméstico das primeiras letras era destinado ao conhecimento do alfabeto e essa forma de ensino era o que de fato acontecia, inclusive era reconhecido pelas autoridades da instrução pública.

---

<sup>2</sup> A soletração, assim como a silabação, faz parte dos métodos denominados como  *sintéticos*. Esses métodos recorrem primeiro “a análise - entendida como decomposição ou separação de elementos (alfabéticos, fonéticos e silábicos) da língua escrita - e depois à síntese - reunião desses elementos (palavra e frase). O pressuposto básico é seguir uma ordem de complexidade crescente que tem como o ponto de partida a  *parte* para chegar ao  *todo*.” Magnani (1997, p. 13)  *apud* Amâncio (2008, p. 153).

Desde 1854 a instrução pública em Mato Grosso vinha sendo conduzida por regulamentos que normatizavam essa esfera do serviço Público, mas somente quando acontece um movimento nacional por uma escola que atenda a maiores parcelas da população, a partir de 1871, é que a estrutura do sistema escolar no estado adquire maior complexidade.

Em 1872 surge o Conselho Literário<sup>3</sup>, passando assim a administração pública do estado de Mato Grosso a ter um aparato legal. O Conselho Literário tem funções e atribuições semelhantes ao Conselho Superior da Instrução Pública (CSIP), que foi criado em 1889 e seu regimento aprovado em 1903. Este órgão por sua vez, tinha especial lugar na hierarquia do serviço público educacional, como órgão de consulta do governo sobre os negócios do ensino, “sendo ao mesmo tempo o tribunal para julgar as faltas cometidas pelos professores públicos de qualquer categoria no desempenho dos seus deveres.” (AMÂNCIO e CARDOSO, 2006, p. 03).

Para as autoras, o ponto culminante das mudanças educacionais no Mato Grosso foi a concretização do ensino graduado, mediante a instalação dos grupos escolares no ano de 1910. Os grupos escolares atribuíam uma nova dinâmica pedagógica às escolas, como horário rigoroso e emprego de métodos de ensino com prescrições estabelecidas. Já o uso das cartilhas tem uma nova ênfase: “tematizado como objeto de apreciação numa instância de controle e censura, permeou discussões de altas autoridades administrativas”.

De acordo com Rodrigues (2009, p. 69), a reforma da Instrução Pública de Mato Grosso

teve início com a aprovação da Lei 517, de 4 de junho de 1909, que conferiu ao governo do estado de Mato Grosso a atribuição, até então privativa do legislativo, de criar escolas quando julgasse conveniente. (Lei n. 517, de 28 de junho de 1909). Assim, a Lei n. 533, de 4 de julho de 1910, autorizou o governo a reorganizar a Instrução Pública estadual, considerada não condizente com as necessidades de desenvolvimento da região e do país.

A resolução nº 508 de 16 de outubro de 1908, autoriza a criação dos grupos escolares, mas só foi concretizada Mato Grosso, a partir de 1910, com a chegada de

---

<sup>3</sup> Amâncio e Cardoso (2006) afirmam que o conselho mantinha comissões permanentes e especiais para analisar toda a matéria a ele encaminhada, sendo que a escolha dessas comissões deveria se guiar pela competência dos nomeados no assunto sobre o trabalho. Funcionou como tribunal das causas relacionadas aos professores do magistério público, podendo aplicar as penas de remoção disciplinar; com suspensão de até um ano e demissão.

Mello e Kuhlmann, pedagogos paulistas contratados para a reorganização do ensino mato-grossense.<sup>4</sup> Acreditando na superioridade desse modelo escolar sobre as escolas isoladas, ao chegar ao estado, de imediato solicitaram a criação de dois grupos escolares.

Conforme o Regulamento da Instrução Pública de 1910, a criação de grupos escolares era prevista onde houvesse pelo menos seis escolas primárias, sendo as mesmas, organizadas em um só prédio com oito classes – quatro para meninos e quatro para meninas. Mas, no mesmo ano foi dada uma nova redação no que se referia ao número de escolas, através da lei nº 580, passando a ser de no mínimo três e no máximo oito escolas.

Conforme Faria Filho (2000, p. 31) *apud* Sá (2007, p. 121), “a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para ‘organizar’ o ensino, mas, principalmente, como uma forma de ‘reinventar’ a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade”, contestando a organização das escolas isoladas, que inibiam esse projeto.

Segundo Sá (2007) para garantir a formação de valores, a prática dos professores era acompanhada pelo diretor escolar, que eram normalistas paulistas, contratados pelo Cel. Celestino, visando assegurar a realização das mudanças propostas pelo regulamento, pois além de fiscalizar o trabalho dos professores, orientavam e coordenavam o trabalho pedagógico.

Este modelo de escola,

(...) simbolizava a materialização do ideal de renovação pedagógica, defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense e entendido como condição para a modernização da escola pública, responsável pela formação do cidadão republicano. (REIS, 2006, p. 39).

Conforme Rodrigues (2009), os reformuladores paulistas elaboraram um programa minucioso em relação aos procedimentos adotados em sala de aula, na qualidade e quantidade do conhecimento a ser transmitido. O programa dos grupos escolares baseava-se na educação moral e cívica e na educação intelectual e física.

---

<sup>4</sup> Com a Reforma da Instrução Pública de 1910, o governo de Mato grosso contratou Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Khulman, professores paulistas para uma tentativa de reforma do ensino de formas moderna.

O modelo almejado era o adotado pelo estado de São Paulo, considerado o mais adequado. O ensino da leitura foi uma das maiores inovações alcançadas dessa reforma, pois em conjunto com os grupos escolares “a reorganização do ensino trouxe a metodização da alfabetização, mediante a introdução de métodos de ensino da leitura e de cartilhas para esse fim.” (AMÂNCIO, 2002, p.01).

A reforma do ensino, encomendada aos professores paulistas, almejava uma melhoria no ensino da leitura no estado do Mato grosso. Os normalistas paulistas vieram para efetivar a reorganização do ensino, já que as reflexões sobre o ensino da leitura em São Paulo encontrava-se bastante avançadas, “visando a convencer e subsidiar os professores primários na aplicação do método analítico<sup>5</sup> para o ensino da leitura, cuja obrigatoriedade estava oficializada pela Diretoria Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo, desde 1909.” (AMÂNCIO, 2002, p. 02)

O *regulamento da Instrução Pública Primária (1927)* deu nova organização e classificação às escolas públicas primárias e após dezessete anos, desde a introdução do método Analítico (1910) para o ensino da leitura nas escolas mato-grossense oficializou a utilização desse método no estado de Mato Grosso. A partir de 1927, “os professores que ainda não utilizavam o método analítico para ensinarem leitura a seus alunos, passaram a dever aplicá-lo em cumprimento à lei.” (AMÂNCIO, 2002, p. 15)

Amâncio e Cardoso (2006) afirmam que embora Mato Grosso buscasse a tão desejada uniformidade do ensino, não se teve a prática da alfabetização homogênea. A implantação dos grupos escolares não foi suficiente para que a homogeneização acontecesse de fato, pois as práticas de leituras se baseavam nas cartilhas das mais diversas tendências metodológicas. Sendo assim, evidencia-se que a história da alfabetização em Mato Grosso foi marcada pela diversidade, tanto de material como de métodos, na sua consolidação.

## **2 Entre livros didáticos e autores: seleção e análise**

Nesse tópico nos propomos a discutir sobre os autores dos livros didáticos mais usados no estado durante a primeira República para ensinar a ler e escrever. Como

---

<sup>5</sup> Cf. Mato Grosso (1915, p. 47) *apud* Amâncio (2008, p. 165), o método analítico parte “do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato, do significativo para o insignificativo, da sentença para os elementos graphics da linguagem escripta.” (grifos no original)

procedimento de localização, levantamos as obras didáticas citadas nos trabalhos de Amâncio (2005) e Amâncio e Cardoso (2006a e 2006b). A saber:

- Relação de títulos aprovados para aquisição pelo Conselho Superior da Instrução Pública (CSIP) de 1917 retirado do Livro de Atas do CSIP (1903-1929);
- Cartilhas adquiridas pela DGIP (Diretoria Geral da Instrução Pública) (1916 a 1923);
- Inventário de cartilhas e Cartas ABC do almoxarifado da DGIP (1916 a 1932), retirado dos livros do Almoxarifado da DGIP-MT; e
- Cartilhas que circularam em Mato Grosso (1927 -1977), com base nos dados coletados por pesquisadoras do Grupo de Pesquisa ALFALE (Alfabetização e Letramento Escolar) 2005.

Com base na lista acima, apresentada pelas autoras, construímos o seguinte quadro, com os livros e autores didáticos usados no Mato Grosso durante a primeira República:

Quadro 1 – Livros e autores didáticos mais recorrentes durante a primeira República em Mato Grosso

<b>Livro</b>	<b>Autor</b>	<b>Fonte</b>
Cartilha das Mães	Arnaldo Barreto	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
Páginas Infantis	Mariano de Oliveira	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
1º Livro de Leitura	Série Puigari Barreto	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
2º Livro de Leitura	Série Puigari Barreto	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
3º Livro de Leitura	Série Puigari Barreto	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
4º Livro de Leitura	Série Puigari Barreto	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
3º Livro de Leitura	F. Pinto e Silva	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
Minha Pátria	J. Pinto e Silva - para o 2º ano	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
Selecta	Arnaldo de Oliveira Barreto	Aprovados para aquisição pelo CSIP- 1917
<i>Primeiro livro</i>	Hilario Ribeiro	Adquirido pela DGIP (1916 a 1923)
<i>Cartilha das Mães</i>	Arnaldo Barreto	Adquirido pela DGIP (1916 a 1923)
<i>Cartas ABC da Infância</i>	-----	Adquirido pela DGIP (1916 a 1923)
<i>Cartilha Analítica</i>	Arnaldo Barreto	Adquirido pela DGIP (1916 a 1923)
<i>Páginas Infantis</i>	Mariano de Oliveira	Adquirido pela DGIP (1916 a 1923)
<i>Cartilha Analítica-Sintética</i>	Mariano de Oliveira	Adquirido pela DGIP (1916 a 1923)
<i>Meu Livro</i>	Theodoro Moraes	Adquirido pela DGIP (1916 a 1923)
<i>Cartilha Ensino Rapido da leitura</i>	Mariano de Oliveira	Adquirido pela DGIP (1916 a 1923)
Cartilha das Mães	Arnaldo Barreto	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)
Cartilha Analítica	Arnaldo Barreto	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)
ABC da Infância	-----	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)
Cartilha Nacional	Hilario Ribeiro	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)
Meu Livro	Theodoro de Moraes	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)
Cartilha da Infância	Thomas Galhardo	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)
Cartilha Ensino-Rápido da Leitura	Mariano de Oliveira	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)
Cartilha Analítico-Sintética	Mariano de Oliveira	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)
Cartilha do Povo	-----	Almoxarifado da DGIP (1916 a 1932)

<i>Cartilha Analítica</i>	Arnaldo Barreto	1927
<i>Cartilha das Mães</i>	Arnaldo Barreto	1927/1930/1932 1939/1943
<i>Cartilha Nacional</i>	Hilário Ribeiro	1927/1930/1932 / 1939
<i>Meu Livro</i>	Theodoro de Moraes	1927/ 1932 /1941-1942-1943
<i>Nova Cartilha Analítico – Sintética</i>	Mariano de Oliveira	1927/1930
<i>Cartilha da Infância</i>	Thomaz P. Bom Sucesso Galhardo	1927/1941-1943-1945

Fonte: Elaborado pela autora com base em Amâncio (2005) e Amâncio e Cardoso (2006a e 2006b).

O quadro acima nos permite evidenciar a recorrência dos seguintes autores: Arnaldo de Oliveira Barreto; Mariano de Oliveira; J. Pinto e Silva; Hilario Ribeiro; Theodoro Moraes; e Thomas Galhardo. Além da série Puigari Barreto.

Antes, porém, de apresentarmos os autores em questão, faz-se necessário compreender o que significa ser um autor de obra didática nesse período.

De acordo com Bittencourt (2004), a história do livro didático brasileiro tem evidenciado que existem preconceitos em relação aos intelectuais que se destinam à produção didática, avaliando o livro escolar como um trabalho secundário, uma obra “menor”. No período inicial dessa produção, no século XIX e início do século XX, a situação não era muito diferente. Analisando o período entre 1810 e 1910, a autora evidencia uma mudança do perfil dos autores. Inicialmente um grupo estreou sua produção a partir da chegada da família real portuguesa no Brasil, sendo suas obras produzidas pela Impressão Régia. Mas a partir de 1827, podemos identificar uma primeira “geração” de autores preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, apenas delineando alguns subsídios para o ensino de “primeiras letras”. Por volta dos anos 1880 uma segunda “geração” começou a se apresentar, assim que as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se estabeleceram, gerando discussões sobre a necessidade da propagação do saber escolar para outros setores da sociedade, “ampliando e reformulando o conceito de “cidadão brasileiro”, criando-se uma literatura que, sem abandonar o secundário, dedicaram-se à constituição do saber da escola elementar.” (BITTENCOURT, 2004, p. 480). Nosso recorte temporal se insere na segunda geração de autores proposta por Bittencourt (2004).

Os anos de 1870 e 1880 marcaram o início do crescimento escolar e o surgimento de escritores provenientes de outras esferas sociais além da elite econômica

do país. Esse grupo de autores didáticos iniciou seu trabalho a partir do momento em que o ensino elementar das escolas públicas começou a aumentar.

Pfromm Netto (1974, p. 170 *apud* BITTENCOURT, 2004, p. 483) aponta que o movimento responsável pelo crescimento do ensino elementar possibilitou

as condições favoráveis que estimularam, em educadores brasileiros, o desejo de elaborar livros de leitura e de outros textos didáticos para uso dos alunos e professores do ensino elementar. O baiano Abílio Cesar Borges, primeiramente, e mais tarde, Felisberto de Carvalho, Hilário Ribeiro, Romão Puiggari, Arnaldo de Oliveira Barreto, Francisco Vianna, João Köpke e outros produziram nossas primeiras séries graduadas de livros de leitura. Livros que foram verdadeiramente nacionais (...) concorrendo de modo nada desprezível para a unidade brasileira de sentimento.

**Arnaldo de Oliveira Barreto** nasceu em Campinas-SP, no dia 12 de setembro de 1869, e faleceu na cidade de São Paulo, em 1925. Era filho de Antonio Jesuino de Oliveira, e de Aristhéia Brazilian de Lemos Barreto e irmão de René de Oliveira Barreto, que também era educador e escritor de livros didáticos.

Mortatti (2012, p. 1) expõe que Arnaldo Barreto

É autor de duas cartilhas, além de livros de leitura. A *Cartilha das Mães* foi editada entre o final do século XIX e início do século XX, pela Tipografia Siqueira, e, a partir da 12ª. edição, de 1911, pela Livraria Francisco Alves. Essa cartilha chegou à 84ª. edição, em 1963. A *Cartilha Analytica*, foi publicada em 1909, pela Livraria Francisco Alves (RJ), com sucessivas edições até a 74ª., de 1967. Barreto também é co-autor do documento oficial *InstRucções praticas para o ensino da leitura pelo methodo analytico* - Modelos de lições, expedido pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em 1914.

Aos sete anos de idade Barreto iniciou seus estudos, no "Collégio Morton", em Campinas. Em 1889, matriculou-se na Escola Normal de São Paulo e concluiu seu curso em 1891, tendo sido discípulo de Caetano de Campos. Em 1894, passou a reger uma das classes da Escola-Modelo do Carmo, anexa à Escola Normal de São Paulo.

Desde que se diplomou, Arnaldo Barreto preocupava-se com a insuficiência de livros destinados às crianças.

Em 1896, foi encarregado de reorganizar o Grupo Escolar de Lorena-SP e, posteriormente voltou a ocupar seu cargo de professor naquela escola-modelo. Em 1897, tornou-se inspetor das escolas anexas desse estado.

No período de 1902 a 1904, foi redator-chefe da *Revista de Ensino*, que se tornou um dos meios responsáveis pela divulgação do método analítico para o ensino da leitura. De 1915 a 1925, organizou a Coleção Biblioteca Infantil, da Companhia Melhoramentos/SP. Nos anos de 1924 e 1925, ocupou o cargo de diretor da Escola Normal da Praça da República.

Como atesta Bernandes (2008, p. 4):

Barreto se destacou pelo conjunto de importantes atividades que realizou, especialmente por sua produção escrita em que se destacam as relativas ao ensino da leitura: cartilhas e livros de leitura; artigos para revistas; textos pedagógicos traduzidos; e contos infantis recriados.

**Hilário Ribeiro**, por sua vez, também foi educador e escritor. Nasceu em Porto Alegre, no dia 1º de janeiro de 1847 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 1886. Filho do professor José Ribeiro de Andrade e Silva e de Emília Gonçalves de Mesquita Ribeiro.

Hilário Ribeiro completou o ensino preparatório em Porto Alegre e mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar medicina. Por motivo de saúde teve que voltar à cidade natal e abandonar a carreira, passando a dedicar-se ao magistério. O referido autor possuía uma escola em Porto Alegre.

Era professor de desenho na Escola Normal e posteriormente começou a escrever livros didáticos. Foi membro da Sociedade Pártenon Literário e autor de peças de teatro e poesias, além de cartilhas e livros didáticos, alguns com grande sucesso, como *Primeiro livro de leitura*, *Segundo livro de leitura* e *Cartilha nacional para ensino simultâneo de leitura e caligrafia*.

No Rio de Janeiro, foi nomeado professor do Liceu de Artes e Ofícios. No início de 1886, juntou subsídios para escrever *Brasil Pittoresco*, obra ilustrada sobre o país. Morreu pouco depois, quando já escrevia um novo livro, o *Manuscripto Brasileiro*.

**Thomaz Galhardo** nasceu em Ubatuba-SP em 29 de dezembro de 1.855 e faleceu na capital paulista em 30 de julho de 1904, aos 49 anos. Filho de José Paulo Rosa Galhardo e Ana Bernadino Rodrigues Galhardo. Moravam no casarão onde foi instalada a Câmara Municipal de Ubatuba.

Estudou na Escola Normal de São Paulo e dedicou-se ao Ensino Público. Foi secretário geral de instrução pública do Estado de São Paulo, elaborou o regulamento do 1º ginásio do Estado de São Paulo e da Escola Politécnica, onde foi o primeiro diretor,

sócio fundador da União Pedagógica e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Aposentou-se no cargo de subdiretor da secretaria do interior do estado.

Seu trabalho de destaque foi a *Cartilha Elementar para a Infância*, utilizada em todo Brasil e considerada como o livro que mais alfabetizou brasileiros na época.

Recebeu o grau de comendador pelo imperador D. Pedro II, por sua dedicação e relevante presença no ensino do país.

Outro paulista, **Mariano de Oliveira** nasceu em Piracicaba-SP, no dia 26 de maio de 1869, filho de Antônio Guedes de Oliveira e da professora D. Corina Eugenia de Oliveira. Diplomou-se em 1888 pela Escola Normal de São Paulo, foi um professor com “grande influência no cenário educacional paulista considerando a grande circulação de suas cartilhas e a importância, naquele momento, das suas orientações em relação ao método de ensino adotado no estado de São Paulo.” (SOBRAL, 2007, p. 2) Exerceu o cargo de inspetor escolar,

“época em que publicou, em parceria com Miguel Carneiro, J. Pinto e Silva e Theodoro de Moraes, pela Siqueira, Nagel & Comp., vinculada à Directoria Geral da Instrução Publica, em 1911, a monografia *Como ensinar leitura e linguagem nos diversos annos do curso preliminar*. Em 1914, presumivelmente ainda no cargo de inspetor, publicou na Revista de Ensino as Instruções praticas para o ensino da leitura pelo methodo analytico - modelos de lições, assinadas, também, pelos professores Ramon Roca Dordal e Arnaldo de Oliveira Barreto.” (SOBRAL, 2007, p. 2).

Documento esse que passou a nortear os professores que escreveram cartilhas de alfabetização. Publicou a Nova cartilha analytico-synthética em 1916, que foi editada até 1955, quando alcançou a 185ª edição, e circulou por diversos estados brasileiros, escreveu também a *Cartilha ensino rápido da leitura*, sendo que a primeira edição data de 1917, adotada oficialmente em pelo menos três estados brasileiros e editada até 1996, quando alcançou sua 230ª edição.

Essas duas cartilhas “podem ser consideradas como algumas das que tiveram maior notoriedade no cenário educacional brasileiro e, talvez, as de maior destaque no mercado editorial do período durante o qual foram editadas” afirma Sobral (2007, p. 3).

Além dessas duas cartilhas, Mariano de Oliveira também publicou, de acordo com dados obtidos até o momento: 2 livros de leitura; 1 livro didático para o ensino de leitura, linguagem e aritmética; 1 artigo em revista; e 2 documentos oficiais de órgãos do governo estadual referentes à educação. (SOBRAL, 2007, p. 3).

Em 1917, assumiu o cargo de Diretor da Escola Normal de São Carlos, no qual conservou-se até 1922, quando então aposentou-se.

Paulistano, **Theodoro Jeronymo Rodrigues de Moraes** nasceu no dia 18 de agosto de 1877, na cidade de São Paulo, é filho de Antonio Augusto Rodrigues de Moraes e de Maria Eugenia de Vasconcelos de Moraes. Sua carreira de professor público iniciou-se em Amparo-SP no ano de 1898, no Grupo Escolar “Luís Leite”, onde trabalhou até o ano de 1902.

Em 1903, entrou para o curso de formação para professor, na Escola Normal “Caetano de Campos”, para quatro anos mais tarde se diplomar, juntamente com outros 50 normalistas. Destacou-se entre os mais dedicados de sua turma. Em 1907, foi nomeado diretor do Grupo Escolar “Coronel Joaquim de Sales”, em Rio Claro-SP, onde permaneceu por menos de um ano. No ano seguinte, regressou à cidade de São Paulo, tendo sido nomeado professor na Escola Modelo Isolada do Largo do Arouche, onde permaneceu trabalhando por três anos.

Em junho de 1908, foi nomeado também redator efetivo da *Revista de Ensino*, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista<sup>7</sup>, função na qual permaneceu até dezembro de 1909. Sua produção de livros didáticos iniciou-se em 1909, com a publicação da cartilha *Meu livro* e continuou escrevendo cartilhas e livros de leitura baseados no método analítico, durante as primeiras décadas do século XX.

Theodoro de Moraes se afastou da Escola Modelo Isolada do Largo do Arouche em 1910, para assumir o cargo de Inspetor Escolar, novamente a convite de Oscar Thompson. Em 1912, foi nomeado professor da 9ª cadeira da Escola Normal de São Carlos, em São Carlos-SP. Regressou à capital do estado, em 1915, tendo sido nomeado professor de uma escola noturna dessa cidade; meses depois, essa escola passou a ser denominada Grupo Escolar “Maria José”. Em 1928, Theodoro de Moraes foi Inspetor da Escola Normal Livre anexa ao Colégio N. S. do Amparo, em Amparo-SP. Esse professor foi, ainda, chefe do Departamento de Educação do Estado de São Paulo. Aposentou-se com 33 anos de serviços dedicados à educação e faleceu em 16 de abril de 1956, aos 79 anos. (PEREIRA, 2009, p. 250/251)

Sobre a **Série Puigari Barreto**, conhecida como série graduada de leitura Puigari-Barreto, de autoria dos Professores Romão Puigari e Arnaldo de Oliveira Barreto, a partir de 1904, essa série passa a dividir espaço no mercado editorial. A coleção apresenta imagens e com o título recomenda a atividade, mas não apresenta nenhuma prescrição clara quanto à prática dos professores. Parece que os autores da

série tem a preocupação de propiciar aos alunos oportunidades de exercitarem a escrita e ao mesmo tempo reforçar o sentimento de patriotismo que as gravuras sugerem.

O exercício de memória da série Puiggari-Barreto implica que os alunos rememorem as aulas providas pelo professor em outros momentos, fora da aula de leitura.

Nesses exercícios os alunos deveriam observar a figura e discorrer sobre o assunto - os exercícios de memória. As imagens não condizem com o texto da lição, como acontece na série graduada de Felisberto de Carvalho, na qual todos os exercícios induzem à reprodução do texto da lição. (OLIVEIRA, 2003, p. 03)

Na série Puiggari-Barreto, um narrador conta a história de Paulo e a sua vivência em casa e na escola, com os amigos e professores. Cada livro da série representa um ano de escola do personagem Paulo.

Constitui-se essa série de quatro livros - primeiro livro de leitura (240 p.); segundo livro (203 p.); terceiro livro (227 p.) e quarto livro (184 p.). Segundo os próprios autores, trata-se de um trabalho mais didático que literário, composto por lições repletas de ilustrações. A capa é dura; a encadernação é razoável, a impressão foi feita em papel sem brilho, porém de qualidade inferior ao da série graduada de leitura de Felisberto de Carvalho. Os autores não subscrevem instruções aos mestres, como na outra série estudada - a de Felisberto de Carvalho. Tem-se apenas a apresentação da página de rosto (com o nome da série; autores e suas funções; indicação da aprovação das obras pelo governo; a edição e o endereço da editora). (OLIVEIRA e SOUZA, 2000, p.33).

Os livros da coleção estão divididos por títulos e não por lições, que seguem uma sequência de assuntos e histórias do cotidiano do menino Paulo. Os autores relatam desde o primeiro dia de aula do menino, até a conclusão do quarto ano escolar. “São histórias que tratam de situações, comportamentos, atitudes e acontecimentos do dia-a-dia de uma família brasileira idealizada.” (OLIVEIRA e SOUZA, 2000, p. 33).

Percebe-se, fazendo um balanço dos autores apresentados, que eles tinham, na maioria das vezes, experiências pedagógicas provenientes de cursos primários, ou de escolas normais destinadas à formação de professores. E foi a prática pedagógica desses autores que fez com que a preocupação educacional saísse da esfera do ensino exclusivamente destinado à formação das elites. Surgiram preocupações com a

preparação de livros destinados especialmente às crianças, dando maior atenção para as especificidades do público infantil.

Segundo Bittencourt (2004, p. 484),

A valorização das experiências pedagógicas do escritor passou a ser fortemente considerada por parte dos editores como critério de escolha dos autores. Da mesma forma, a seleção destes voltava-se para os que acompanhavam os avanços pedagógicos dos países onde a alfabetização se estendia para uma população cada vez maior.

A partir da segunda metade do século XIX passou a se considerar que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor, mas que este material precisava ir diretamente para as mãos dos alunos, sem que o livro didático causasse uma separação entre professor e aluno, afirma a autora. E complementa que

Para professores sem formação específica, o livro didático representava “o método de ensino”, além de conter o conteúdo específico da disciplina. A formação do professor, ao ser constituída na prática, no “aprender fazendo” exigia uma produção didática específica que intelectuais preocupados com o conhecimento científico ou literário, mas sem a vivência da sala de aula, eram incapazes de produzir com sucesso. (BITTENCOURT, 2004, p. 483).

Nessa perspectiva, cabe questionar sobre os diversos usos do livro didático no contexto escolar, por professores e alunos, ou seja, sobre as práticas escolares que esse objeto cultural envolvia no processo de escolarização durante a primeira República em Mato Grosso.

### **3 Os métodos de ensino da leitura e da escrita: entre prescrição e ação**

O método de ensino utilizado preferencialmente em Mato Grosso, no século XIX, era o método simultâneo, ou método mútuo. O método simultâneo era realizado por um professor e alguns monitores ao mesmo tempo, “enquanto o professor se encarregava de aplicar lições a certos grupos de alunos, os monitores atendiam a outros colegas em lições diferenciadas.” (AMÂNCIO 2008, p. 60). Somente a partir do *Regulamento Geral da Instrução Pública do estado de Mato Grosso*, de 1896, introduziu-se o método intuitivo, colocando fim, pelo menos oficialmente, ao sistema de monitores, determinando em seu artigo 25, que não era mais permitido o ensino por monitores, devendo o professor lecionar pessoalmente aos seus alunos. Esta

recomendação reaparece no *Regulamento da Instrução Pública Primária*, de 1910, no artigo 22.

No entanto, como aponta Amâncio (2005), prevalecia a falta de uniformidade de um método de ensino em Mato Grosso durante a primeira República. Uma das principais contribuições para isso era dimensão territorial e a escassez de livros e cartilhas, sendo que muitas crianças liam apenas o que levavam de casa. A autora afirma que as condições reais “frustravam a busca da homogeneidade tão desejada pelas autoridades educacionais e registrada em regulamentos e orientações da instrução pública.” (AMÂNCIO, 2005p. 11).

Depois do método simultâneo passou-se a utilizar o método da soletração, que não vigorou. Apesar de ser aplicado amplamente parece que nem sempre foi considerado suficiente para ensinar a leitura. Percebeu-se que a fase da soletração traria problemas que deveriam ser ultrapassados pelos que se submetiam ao aprendizado por esse processo.

Com a Reforma de 1910, que contou com a participação dos normalistas paulistas, o ensino primário do estado passou por uma reorganização. A modernidade no ensino foi a criação dos grupos escolares e a introdução de um método de ensino da leitura – o analítico. Segundo Neves (2002, p. 03) a primeira república brasileira procurava a superação dos exemplos do modelo imperial.

O espaço escolar conforme Müller (2000, p. 06) servia para

entre outras coisas, cultivar o sentimento pátrio. Não era o espaço onde se deveria ouvir músicas, digamos, românticas que serviam à perfeição para os congaçamentos sociais que louvavam o ócio, o prazer e, principalmente, a fuga aos deveres do cidadão, principalmente o amor ao trabalho e o respeito às instituições.

Em 1915 o Conselho Superior da Instrução Pública (CSIP) faz uma acirrada defesa da adoção do método analítico e da *Cartilha Analítica* de Arnaldo Barreto, valendo lembrar que Mato Grosso não possuía editoras, autores e nem publicações próprias, principalmente com a temática de alfabetização, sendo este estado um mero consumidor de manuais escolares produzidos por outros estados e especialmente por professores paulistas.<sup>6</sup>

A já citada reforma de 1910 desencadeia no estado de Mato Grosso as primeiras reflexões sobre a questão das metodologias de ensino, pois O *Regulamento da*

---

<sup>6</sup> O método analítico prevaleceu por aproximadamente 25 anos e vigorou até a promulgação da lei 452 de 24 de novembro de 1951 que reorganizou o ensino primário.

*Instrução Pública Primária do estado de Matto-Grosso* não oficializou nenhum método de ensino de leitura e deixava que o regimento dos grupos escolares definissem qual seu método, horários, etc. Decidiu-se que enquanto não tivesse elaborado o regimento seria utilizado um Programa de Ensino adaptado dos grupos escolares paulistas. A soletração e a decoração, até então, eram os métodos utilizados em Mato Grosso.

De acordo com Amâncio (2002), aproximadamente até a década de 1880 predominou o método sintético (mediante soletração e silabação), que começou a ser questionado mediante a divulgação do “método João de Deus” (palavração). Os questionamentos sobre os métodos sintéticos seguem e a defesa pelo “método João de Deus” também.

Esse período de questionamentos é fértil de ideias renovadoras ao ensino da leitura e à nacionalização do livro didático e muitos professores divulgam suas próprias experiências fazendo aumentar o mercado editorial brasileiro de cartilhas e de livros escolares.

O questionamento aos métodos sintéticos aumenta largamente com a reforma da instrução pública paulista, passando então a se defender os métodos intuitivo e analítico para o ensino de leitura no Brasil, sendo adotado oficialmente pela Diretoria da Instrução Pública do estado de São Paulo em 1909. Outros estados, preocupados com a modernização do ensino, seguem São Paulo como exemplo, fazendo adesão aos métodos e as bibliografias. No Mato Grosso o método analítico é introduzido através do *Programa dos Grupos Escolares*.

No artigo 12§, do Regulamento de 1910, estabelece-se que o ensino nas escolas devem ser tão intuitivo e prático quanto possível, cabendo ao professor sempre partir do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato. Para Rodrigues (2009, p. 75) o ensino intuitivo deveria ser

centrado na experiência da criança, (...) Esse seria o ponto de partida de um processo de aprendizagem em que o professor deveria ser o condutor do esforço despendido pelo próprio aluno no sentido da aquisição de um conhecimento sistematizado e organizado. Para isso, a aprendizagem deveria começar pela observação e, progressivamente, por meio da ‘instrução oral’, chegar às abstrações.

Vidal (1999, p. 111) *apud* Neves (2002, p. 07) constata que:

Os métodos intuitivos e os estudos da natureza deslocavam para observar a antiga arte do ouvir e repetir: marca do ensino verbalista praticado nas escolas catequéticas do século XVI, atualizado para o ensino primário no fim do século XVIII. A pedagogia “do ouvir!” deslocava-se para a “do olhar” no fim do século XIX, ao mesmo tempo em que a arte de memorizar perdia seu prestígio.

Ao contrário do ensino formalista e verbalista da escola “antiga”, o método intuitivo baseava-se no pensamento Pestalozzi, o qual acreditava ser “a natureza humana uma unidade indivisível, e o fim supremo da educação ser o desenvolvimento integral e harmônico do ser humano.” Eby, 1976, *apud* Amâncio (2008, p. 107).

O método intuitivo, por sua vez, apresenta o método analítico para o ensino da leitura, tendo sido oficialmente adotado no estado de São Paulo no ano de 1909, mediante a atuação da Escola Normal de São Paulo e das escolas anexas, e ainda pela produção de cartilhas pelos professores paulistas, ganhando assim outros estados como adeptos do método analítico. Mato Grosso é um dos exemplos dessa adesão, introduzindo o método analítico para o ensino da leitura por meio de uma versão adaptada do programa dos grupos escolares paulistas e o uso da *Cartilha Analytica*, do professor paulista Arnaldo de Oliveira Barreto.

Com a “adesão” do método analítico, com a utilização da *Cartilha Analytica* e a semelhança dos grupos escolares de Mato Grosso e São Paulo, ficou evidente que, no que diz respeito aos métodos do ensino da leitura e da reorganização do ensino, cumpria-se “sua função de equiparar o ensino público primário de Mato Grosso ao de um dos estados ‘mais adiantados’, conforme desejo das autoridades escolares matogrossenses.” (AMÂNCIO, 2002, p. 07).

Desde que a questão dos métodos de ensino da leitura começou a ser discutida, pouca atenção lhe foi dada. Dentre o tempo em que se começou a discussão até sua introdução e a adoção oficial do método analítico se passaram duas décadas. Este método foi implantado no *Programa da Escola Modelo Anexa* (1924), que determinava a utilização do método Analítico-Sintético e se encarregava de explicar os procedimentos que o professor deveria adotar no ensino de leitura, tendo como possibilidade a homogeneização das práticas escolares. Este por sua vez, só foi oficializado em regulamento três anos depois da sua publicação. Ou seja, já no final da primeira República.

O regulamento da Instrução Pública Primária (1927) em Mato Grosso, como já afirmamos, oficializou a utilização do método analítico nas escolas matogrossenses, e

a partir de então, os professores passaram a ter a obrigação de aplicá-lo em cumprimento à lei.

De acordo com Bittencourt (2004, p. 484),

A escolha do método analítico para a alfabetização, em oposição ao usual método sintético, representava a posição dos grupos de educadores defensores de uma escola laica. Os seguidores do método analítico eram, em sua maioria, republicanos com o discurso voltado para uma democratização do saber escolar e, contrários ao espírito tradicional de educação, cujo ensino era calcado em métodos da Igreja. (p.484)

Se, como afirma Bittencourt (2004), a opção pelo método analítico representa uma separação entre Estado e Igreja, o que significou a utilização de um método analítico-sintético em Mato Grosso durante a primeira República? Podemos inquirir que a falta de homogeneidade no método de ensino de leitura e escrita em nossa região, para além do distanciamento geográfico dos grandes centros de referência educacional, representou também a permanência da tradição católica em meio a tentativas de modernização e construção do estado nação pela educação.

### **Considerações finais**

Respondendo a pergunta sobre quais livros didáticos foram utilizados para o ensino da leitura e da escrita, quem eram os autores e qual a circulação e utilização dos livros durante a primeira República em Mato Grosso, podemos afirmar que houve um esforço dos envolvidos para equiparar o ensino primário em Mato Grosso com o ensino promovido em São Paulo, estado considerado modelo.

No entanto, embora Mato Grosso buscasse a tão desejada uniformidade do ensino e a equiparação com São Paulo, percebemos que não foi possível a prática da alfabetização homogênea no período da primeira República. A implantação dos grupos escolares não foi suficiente para que a homogeneização acontecesse de fato, pois as práticas de leituras se baseavam nas cartilhas das mais diversas tendências metodológicas. Evidencia-se que a história da alfabetização em Mato Grosso, na sua consolidação, foi marcada pela diversidade, tanto de material como de métodos.

Podemos concluir ainda que os autores de cartilhas tinham experiência pedagógica, na maioria das vezes, e essa prática fez com que os autores tivessem uma

preocupação educacional além da esfera do ensino exclusivamente proposto à formação da elite.

Por fim, concluímos que o desejo de equiparar o ensino de leitura no Mato Grosso ao ensino ofertado em São Paulo, conhecido como o mais moderno, foi aos poucos ocorrendo, de forma lenta e gradativa.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura e escrita em mato grosso: aspectos de uma trajetória (séculos XVIII e XIX)**. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 28., 2005, Caxambu, Minas Gerais. Anais... Caxambu-MG, 2005. p. 1-17.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso 1910-1930**. Cuiabá: Editora UFMT, 2008.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Métodos de ensino de leitura em mato grosso no início do século xx: uma contribuição para a história da alfabetização no Brasil**. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 25., 2002, Caxambu, Minas Gerais. Anais... Caxambu-MG, 2002. p. 1-15. 2002.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros e CARDOSO, Cancionila Janzkovski. **Livros de leitura e cartilhas na escola primária em mato grosso: uma análise a partir do papel do conselho superior da instrução pública (1915- 1927)** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. Anais... Goiânia: Editora Vieira, 2006a.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros e CARDOSO, Cancionila Janzkovski. **Circulação de cartilhas e ensino de leitura em mato grosso: uma contribuição à história da alfabetização (1927-1977)** In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia-MG. Anais... Uberlândia-MG: UFU, 2006b.

BERNARDES, Vanessa Cuba. **Um estudo sobre cartilha analytica, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925)**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n.1, p. 1-17, 2008 Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/181/166>> Acesso em: 30 out. de 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**. Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. **A escola republicana: entre luzes e sombras.** In. GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; e ALBERTI, Verena, (Org.). *A República no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, pp. 384-450.

MORTATTI, Maria do rosário longo. **Cartilhas de alfabetização escritas por professores da escola normal da capital do estado de São Paulo.** 25 de Agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.iecc.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/267/cartilhas-de-alfabetizacao-escritas-pelos-profs-da-escola-normal-da-capital-do-estado-de-sao-paulo>> Acesso em 30 out. 2013.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República.** In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1, 2000, Rio de Janeiro; Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

NEVES, Dimas Santana Souza. **Práticas pedagógicas na primeira metade do século XX: uma versão com a história oral.** In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal-RN. Anais... Natal-RN: UFRN, 2002.

OLIVEIRA, Cátia Regina G. A. de. **As séries graduadas de leitura na escola primária paulista (1890 – 1950).** In. REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 26., 2003, Caxambu-MG. Anais... Caxambu-MG, 2003.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de e SOUZA, Rosa Fátima de. **As faces do livro de leitura.** Cadernos Cedes, ano XX, nº 52, novembro/2000.

PEREIRA, Bárbara Cortella. **Um estudo sobre a leitura analítica (1909), de Theodoro de Moraes (1877 - 1956).** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 245-266, Jan/Abr 2009.

REIS, Rosinete Maria dos e SÁ, Nicanor Palhares. (orgs.) **Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910 – 1927)** – Cuiabá – MT: Central de textos: EdUFMT (Coleção coletânea educação e memória; v. 3), 2006.

RODRIGUES, Maria Benicio. **Estado – Educação escolar – Povo: a reforma mato-grossense de 1910.** Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910 – 1927)** – Cuiabá – MT: EdUFMT, 2007.

SOBRAL, Patrícia de Oliveira. **Um estudo sobre nova cartilha analítico-sintética (1916), de Mariano de Oliveira.** In. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL – COLE, 16, 2007, Campinas-SP. Anais... Campinas-SP: Unicamp, 2007. 2007.